

“PASSADOS QUE NÃO PASSAM”: DANDARA A MULHER ESCRAVIZADA, TRAJETÓRIA E A SUA REPRESENTAÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

Alcione Aparecida da Silva¹
Eulália Maria Aparecida da Silva²

Resumo: A escravização no território brasileiro durou mais de três séculos e deixou marcas presentes na atualidade. A literatura especializada e didática descreve o período escravista demonstrando questões sobre a残酷 no trato dispensado aos escravizados, resistência, e luta por liberdade destes. Contudo, alguns aspectos ainda são ignorados, como a atuação da mulher negra na sociedade escravista. Nesse sentido, as propostas de livros didáticos perpetuam o apagamento de sua figura. No entanto, pode-se perceber que existem diversas atuações femininas nesse período, mas que foram invisibilizadas. Mulheres como Anastásia, Aqualtune, Adelina e Esperança Garcia são definidas como personagens de suma importância na luta contra a escravização no Brasil. Na presente pesquisa, chamamos atenção para Dandara dos Palmares: guerreira do período colonial do Brasil que lutou bravamente pelos seus ideais e defesa dos seus semelhantes. Nos livros didáticos, a figura de Zumbi dos Palmares é (tardiamente) é enaltecida. Por outro lado, Dandara, sua companheira, e ativa na luta são desconsideradas. A presente pesquisa centrou o seu desenvolvimento na problematização acima exposta e o recorte espaço/temporal definido pelo período colonial no Brasil, mais especificamente o século XVII.

Palavras-chave: Mulher Negra; Livro Didático; Dandara dos Palmares.

“PASTS THAT DO NOT PASS”: DANDARA, THE ENSLAVED WOMAN, TRAJECTORY AND ITS REPRESENTATION IN HISTORY TEACHING BOOKS

Abstract: Slavery in Brazilian territory lasted more than three centuries and left marks present today. The specialized and didactic literature describes the slave period demonstrating questions about the cruelty in the treatment given to the enslaved, resistance, and the struggle for their freedom.

¹ Mestra em História Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4671707416188987>. E-mail: alcionesilva2327@gmail.com.

² Professora Associada de História na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8344111210044375>. E-mail: eulalia.moraes@unespar.edu.br.

However, some aspects are still ignored, such as the role of black women in slave society. In this sense, the textbook proposals perpetuate the erasure of its figure. However, it can be seen that there are several female performances in this period, but they were made invisible. Women like Anastasia, Aqualtune, Adelina and Esperança Garcia are defined as characters of paramount importance in the fight against slavery in Brazil. In the present research, we draw attention to Dandara dos Palmares: a warrior from the colonial period in Brazil who fought bravely for her ideals and defense of her peers. In textbooks, the figure of Zumbi dos Palmares is (late) praised. On the other hand, Dandara, his companion, and active in the fight, is disregarded. The present research focused its development on the problematization exposed above and the space/time frame defined by the colonial period in Brazil, more specifically the 17th century.

Keywords: Black woman; Textbook; Dandara dos Palmares.

Introdução

Os negros integram a sociedade brasileira desde os primórdios da construção do país (Brasil colônia, não sendo este ainda uma nação independente), contribuindo amplamente no cunho de uma identidade nacional. Compreender as implicações e características do período escravista é basilarmente, uma forma de entendimento da história brasileira.

A Idade Moderna promoveu a grande “diáspora africana”. Por meio de imigrações forçadas atravessaram o Atlântico, em navios conhecidos como tumbeiros, milhões de pessoas eram expostas às condutas desumanas; embarcados deixavam no Continente africano a própria história, a identidade, os costumes, a religiosidade. Submetido à realização das vontades e desejos de seus “donos”, *a priori*, o indivíduo escravizado era tido como uma propriedade do senhor. Estes eram trazidos ao Brasil para suprir a demanda de mão de obra³.

³ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. A escravidão negra em debate. In: Historiografia brasileira em perspectiva. 2005.

Recentemente, Programas de Pós-Graduação em História Pública e periódicos científicos brasileiros abriram espaço para o debate de memórias silenciadas. Nesse sentido, este estudo apresenta como objeto de pesquisa: os livros didáticos e a mulher escrava. Sabemos que a distribuição dos livros didáticos passa por uma aprovação antecipada da comissão técnica da Secretaria de Educação Básica do Ministério (MEC). Isso nos permite questionar a função do livro e a atuação docente ante a invisibilidade histórica das mulheres.

A mulher no período da escravização é retratada e refletida como uma figura centrada nos afazeres domésticos, objeto sexual, de procriação e/ou ama de leite⁴. Contudo, achados historiográficos contradizem tal concepção, mostrando que a mulher ostentava um papel fundamental, atuando diretamente nos combates, traçando estratégias, entre outros.

O presente estudo visa apresentar as inúmeras veredas abertas pela composição histográfica sobre a escravização nas últimas décadas, dando enfoque à figura feminina, para tanto os estudos foram subdivididos em quatro tópicos. Na primeira seção, abordamos a temática da escravização de maneira geral; no segundo tópico, o estudo baliza o campo historiográfico da escravização e a relação de apagamento da mulher; à terceira seção, a pesquisa fez uma chamada para as figuras femininas de grande importância do período escravista; no quarto e último tópico, fizemos estudo elucidativo da emblemática figura de Dandara dos Palmares. Por fim, apresentamos aos leitores a relação entre a escravização e a figura feminina, sinalizando sua importância e apagamento histórico.

⁴ XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 297-313.

A face da escravização

Por volta do ano de 1550, a América começou a vivenciar a chegada dos negros em suas terras. A introdução dos africanos em território brasileiro deu-se em razão do processo de ocupação colonizadora (1550 a 1822), que dispunha por escopo a exploração das terras de além-mar, aniquilação e subserviência da população nativa, bem como, povoamento do novo solo⁵. Para isso, traziam os africanos para essa nova terra, tornando-os mercadorias para fins escravistas para suprir a demanda por mão de obra⁶.

O transporte era realizado por meio de navios que transpunham o Atlântico. Assim, os futuros indivíduos escravizados eram submetidos a condições desumanas, muitos não suportavam a viagem vindo e morriam no trajeto de meses na travessia — estes eram lançados ao mar sem nenhum embaraço. Os que suportavam a viagem, ao chegarem ao Brasil eram vendidos ainda nas regiões litorâneas em que desembarcavam. Em posse de senhores eram forçados a trabalharem em prol do progresso e prosperidade dessa nova terra, com risco de sofrerem represálias se não o fizessem.⁷

A escravização se consolidou como sistema econômico e social operando pela transversão do ser humano negro em produto. O escravizado, apenas por dispor de mais melanina na pele, não era considerado apto a ser proprietário de bens e nem senhor de si próprio. Por

⁵ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. A escravidão negra em debate. In: Historiografia brasileira em perspectiva. 2005.

⁶ CARVALHO, Andreia Aparecida de Moraes Cândido de. As imagens dos negros em livros didáticos de História. 2006. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSC, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88563>>. Acesso em: 04 out. 2022.

⁷ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. Ed. Companhia das Letras, 1998.

conseguinte, todas as propriedades do submisso, inclusive seu corpo e liberdade, virava propriedade do senhor⁸.

São os ensinamentos de Boris Fausto:

Os africanos foram trazidos do chamado "continente negro" para o Brasil em um fluxo de intensidade variável. Os cálculos sobre o número de pessoas transportadas como escravos variam muito. Estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria jovens do sexo masculino. A região de proveniência dependeu da organização do tráfico, das condições locais na África e, em menor grau, das preferências dos senhores brasileiros. No século XVI, a Guiné (Bissau e Cacheu) e a Costa da Mina, ou seja, quatro portos ao longo do litoral do Daomé, forneceram o maior número de escravos. Do século XVII em diante, as regiões mais ao sul da costa africana - Congo e Angola - tornaram-se os centros exportadores mais importantes, a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda. Os angolanos foram trazidos em maior número no século XVIII, correspondendo, a que parece, a 70% da massa de escravos trazidos para o Brasil naquele século⁹.

Expostos ao trabalho exaustivo, sobretudo, nas lavouras e no âmbito doméstico, os escravizados eram acondicionados em recintos desestruturados para a vivência humana, denominados como senzalas¹⁰. Constantemente expostos à violência, eram submetidos a punições e torturas, através do tronco onde eram amarrados, açoitados, humilhados e até mortos. O aprisionamento através de correntes e algemas era corriqueiro, evitando eventuais fugas¹¹.

Os escravizados eram privados de sua identidade cultural e religiosa. Obrigados a seguir as normas e costumes dos senhores do engenho, forçados a submeter-se à religião católica e adotar a língua portuguesa

⁸ LARA, Silvia Hunold. *Conectando Historiografias: a escravidão africana e o antigo regime na América portuguesa*. In: BICALHO, M.F; FERLINI, V.L.A. (Org.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo (SP): Alameda, 2005.

⁹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil: História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias*. 1996. P. 29.

¹⁰ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Editora Unesp, 312p.

¹¹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 49. ed. São Paulo (SP): Global, 2004.

como seu dialeto. Caso o africano demonstrasse ainda seguir sua cultura de origem, eram punidos com violência e constrangimentos. Sendo que muitos desses indivíduos perderam suas vidas em atos de crueldade ordenados por seus senhores¹².

Em tal situação, ficar de braços cruzados não era uma opção viável, os subjugados se revoltavam ante tamanha barbárie e desumanidade. Logo, os negros cativos resistiam de formas diversas conforme suas competências e possibilidades. Alguns fomentavam rebeliões, fugiam e organizavam-se em quilombos, como forma de possuir uma condição de vida melhor. As fugas sucediam em caráter individual e/ou coletivo, onde homens, mulheres e até crianças evadiam da propriedade com a finalidade de libertar-se das amarras do cativeiro e servidão. Por conseguinte, buscavam refúgio nas matas e formavam quilombos. Crimes contra a casa grande e suicídio também era uma forma de sublevação¹³.

A historiografia do período escravocrata e o apagamento feminino

O Brasil ao passar pelo processo de colonização, adota características demarcadas pela miscigenação, dispondo gênese, em suma, das raízes africanas, advinda de um período fatídico, a escravização¹⁴. Contudo, a história transmitida pelos livros didáticos no âmbito dos espaços educacionais acaba ocultando a realidade da concepção nacional, apresentando a relação dos escravizados com seus algozes de maneira harmônica, o que se caracteriza como uma farsa histórica.

¹² DIAS, Maria Odila. *Resistir e sobreviver*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO; Joana Maria. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

¹³ DIAS, Maria Odila. *Resistir e sobreviver*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO; Joana Maria. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

¹⁴ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Editora Unesp, 312p.

Tomando como base alguns dos livros didáticos adotados no PNLD de 2020 para a disciplina de história, sendo estes “História, Sociedade & Cidadania” (2018) da editora FDT¹⁵ e “Araribá Mais História” (2018) da editora Moderna¹⁶, ambos dos 8º Anos é possível testificar a afirmativa acima. Consta-se que no livro História, Sociedade & Cidadania (2018) o conteúdo referente aos povos negros e indivíduos não brancos representam um percentual de 8,89%; já na obra Araribá Mais História (2018) esse percentual é ainda menor, aludindo apenas 5,80% do conteúdo total do livro¹⁷.

O negro é elencado como sujeito histórico no contexto nacional, no entanto, as narrativas históricas, presentes nos livros didáticos podem vir a apagar, diminuir ou omitir sua participação e representatividade, transparecendo uma irrealidade frente à conjuntura histórica¹⁸. Refletir sobre o ensino de história, tendo como aporte o livro didático, perpassando pelos conceitos de escravização e liberdade, protagonismo e configurações racista e patriarcal, é percorrer um caminho complexo, todavia, esta consiste em uma forma de perceber as atitudes, estratégias, técnicas e humanidade no âmbito de uma estrutura que desumanizava e invisibilizava indivíduos negros, sobretudo, as mulheres.

Por intermédio da Lei nº 9.394/96 e através de sua revisão com a Lei nº 11.645/08 instituiu-se que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e

¹⁵ BOLOS JÚNIOR, ALFREDO. *História, Sociedade & Cidadania: 8º ano: ensino fundamental: anos finais*. 4 edição, São Paulo: FTD, 2018.

¹⁶ FERNANDES, Ana Cláudia. *Araribá mais: história: manual do professor / organizadora* Editora Moderna ; obra coletiva. Editora responsável Ana Claudia Fernandes. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018.

¹⁷ LISBOA, Júlia Maria de Araújo. *Consciência histórica e livros didáticos do ensino fundamental: uma ferramenta de combate ao racismo*. 2021.

¹⁸ LISBOA, Júlia Maria de Araújo. *Consciência histórica e livros didáticos do ensino fundamental: uma ferramenta de combate ao racismo*. 2021.

cultura afro-brasileira e indígena"¹⁹, assim, a Educação procedeu a uma revisão e progressão dos referenciais histográficos, que durante muito tempo subvertiam algumas memórias e concepções da escravização nos manuais voltados ao ensino de História.

Os livros didáticos são instrumentos de suma significância para a propagação de saberes, denotando caráter divulgador de concepções e ideologias, sobretudo nas memórias históricas²⁰. Como aponta Circe Bittencourt: "O livro didático [...] continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos que, apesar do preço, consideram-no referencial básico para o estudo"²¹.

Quando elaborados, os livros didáticos são submetidos a uma análise completa por parte de estudiosos e pesquisadores, cada um atuando em sua área de conhecimento específico, que integram uma comissão técnica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), selecionando os materiais que possuem um conteúdo mais completo. O MEC é quem dá o aval para a introdução do livro no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), bem como viabiliza a distribuição para as instituições de ensino²². Todavia, as propostas dos livros didáticos ainda apresentam um apagamento da mulher como ator histórico, essa invisibilidade torna-se

¹⁹ BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. p. 1.

²⁰ RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. Publicação original: SILVA, Zélia (org). Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995.

²¹ BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1993. P. 71.

²² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). PNLD. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>. Acesso em: 20 de fev. 2022.

ainda mais explícita ao considerar a realidade das mulheres-afro no período escravista²³.

Os achados sobre a escravização, em suma, descrevem o homem negro como figura central, um indivíduo vigoroso e amplamente explorado, sofrendo castigos e punições, batalhava em prol da liberdade, atuando na organização de fugas e na criação dos quilombos. Quanto à mulher, a literatura lhe impõe apenas um papel submisso, cabendo-lhe apoiar o parceiro nas empreitadas, cuidar da prole e atender a necessidades do homem²⁴.

Acerca dessa questão, pontua Michelle Perrot:

Os procedimentos de registro, dos quais a história é tributária, são fruto de uma seleção que privilegia o público, único domínio direto da intervenção do poder e campo dos verdadeiros valores. O século XIX claramente distinguiu as esferas, pública e privada, cuja disposição condiciona o equilíbrio geral. Muito provavelmente, essas esferas não recobrem exatamente a divisão dos sexos, mas, grosso modo, o mundo público, sobretudo econômico e político, é reservado aos homens, e é este que conta. Essa definição, clara e voluntarista, dos papéis se traduziu na retirada das mulheres de determinados lugares. [...] Em suma, a observação das mulheres em outros tempos obedece a critérios de ordem e de papel. Ela diz respeito mais aos discursos que às práticas. Ela se detém pouco sobre as mulheres singulares, desprovidas de existência, e mais sobre a ‘mulher’, entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem as características habituais. Sobre elas não há uma verdadeira pesquisa, apenas a constatação de seu eventual deslocamento para fora dos territórios que lhes foram reservados²⁵.

Não resta dúvida que a invisibilidade das mulheres é consequência direta de misoginia e preconceito. A figura feminina em sua constituição histórico-social experimentou exigências e restrições para sua atividade e

²³ MARQUES, Ana Maria; ALBUQUERQUE, Ana Carolina do Nascimento. *Mulheres e a história aprendida nos livros didáticos: análise de coleções didáticas*. Fronteiras: Revista de História, vol. 22, núm. 39, 2020.

²⁴ RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. Publicação original: SILVA, Zélia (org). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

²⁵ PERROT, Michelli. *Práticas da Memória Feminina*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 18, ago.89/set.89, pp. 9-10.

representação na sociedade. Constantemente ignorada no espaço público tanto quanto no espaço privado, a narrativa histórica define para ela incumbências restritas à obediência e submissão²⁶. Nesse ínterim, as atividades femininas envolvem o cuidado do lar e da família, sendo que dificilmente outras aptidões eram estimuladas.

Nesse âmbito, acrescenta Perrot:

Elas atuam em família, confinadas em casa, ai no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo [...] sua fala em público é indecente²⁷.

No entanto, no âmbito do trabalho escravo as mulheres negras vivenciavam de forma igualitária as perversidades imposta aos homens negros, tal como na produtividade, nos castigos, nos espancamentos, muitos resultando em mortes, além de sofrerem com violências de cunho sexual ou de gênero, como estupro, procriação e lactação²⁸.

É preciso ressaltar que mulheres não se sujeitavam, não eram meras espectadoras e servis, devendo ser refutada a ideia de que consentiam na dominação com passividade²⁹. Na realidade, elas atuavam na segurança da integridade física e psicológica da progénie e do cônjuge, assim como de toda a coletividade que fazia parte³⁰.

²⁶ OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. *Ensino de história das mulheres: reivindicações, currículos e potencialidades*. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. *Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014.

²⁷ PERROT, Michelli. *Minha história das mulheres*. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 12.

²⁸ XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 297-313.

²⁹ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *A escravidão negra em debate*. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2005.

³⁰ DIAS, Maria Odila. *Resistir e sobreviver*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO; Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

Na tentativa de impossibilitar que seus filhos e companheiro fossem vendidos separadamente, se opunham a exercer suas atividades de servidão, ameaçando seus algozes com atos suicidas e infanticídio³¹, impondo prejuízo direto aos senhores. Fazendeiros tinham medo de que suas mucamas praticassem atos de envenenamentos contra seus familiares e, nesse sentido, evitavam separar as famílias escravas³².

Em uma época marcada pela opressão, as mulheres eram cruciais na obtenção de informações pertinentes relativas à venda e transferência de pessoas escravizadas. Nas fugas, a figura feminina dispunha de um papel de destaque, lutava bravamente ao lado dos homens pela sua sobrevivência e subsistência. Além de ser um apoio de provimento de suprimentos para os escravizados em fuga ou aqueles que tinham a intenção de o fazê-lo³³.

Algumas informações estão presentes nas memórias, tradições e oralidades daqueles que conviveram com descendentes de escravizados, geralmente quilombolas. Estes revelam que as rotas de fugas e mapas para os quilombos eram esquematizadas por meio das tranças nos cabelos das mulheres. Ademais, o cabelo das escravas ainda era utilizado no transporte de sementes, para eventual plantio nos quilombos, contribuindo para a segurança alimentar dos cativos que ali viviam³⁴. Desses registros, é possível extrair informações que à mulher coube o papel preliminar como participante da emancipação do povo africano na diáspora, participando do planejamento, preparação e execução dos planos.

³¹ LARA, Silvia Hunold. *Conectando Historiografias: a escravidão africana e o antigo regime na América portuguesa*. In: BICALHO, M.F; FERLINI, V.L.A. (Org.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo (SP): Alameda, 2005.

³² FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 49. ed. São Paulo (SP): Global, 2004.

³³ SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *A escravidão dos povos africanos e afro-brasileiros: a luta das mulheres escravizadas*. Revista ORG e DEMO, Marília, vol. 16, nº 11, 2015.

³⁴ SOUZA, Juliana Braz de. *Trajetórias educacionais formais de mulheres negras: entre exclusões e resistências*. Tramandaí, 2021.

No Brasil, os poucos estudos sobre a temática da mulher negra escrava surgiram apenas nas duas últimas décadas do século XX. Maria Odila produziu na década de 1980 um estudo pioneiro acerca das condutas sociais e a vida cotidiana da mulher negra, escravas e emancipadas na cidade de São Paulo durante o século XIX³⁵. Outra investigação de grande contribuição no campo historiográfico-literário é a pautado na obra clássica de Mary Karasch, que aborda sobre a escravização urbana, expressando a importância da figura feminina “mulata ocidental” no mercado de trabalho urbano³⁶. Cecília Soares também expôs o papel primordial das mulheres africanas no contexto mercadológico urbano³⁷.

E o que dizer da mulher negra intelectual e/ou literária? Durante um longo período, as produções intelectuais literárias estiveram sob absoluto domínio masculino, tal fato dar-se-á em decorrência da inexistência de mulheres nos campos historiográficos anteriormente, assim, estas na óptica patriarcal as mulheres sequer eram consideradas como personagens importantes a se representar³⁸. Apenas com o advento do movimento feminista na década de 1970 e com o surgimento da chamada Nova História Cultural – que promoveu uma ampliação de temas e abordagens dentro do campo historiográfico – que as mulheres começaram a ser inseridas em determinados campos/áreas, incluindo no âmbito da história³⁹.

Este foi um período (década de 1970) fundamental, no qual as feministas fizeram a história da mulher, antes mesmo dos historiadores. Depois de um primeiro impulso dado à questão, as

³⁵ DIAS, Maria Odila. *Nas Fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho*. Estudos Econômicos, vol. 15, nº especial. 1985.

³⁶ KARASCH, Mary Catherine. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. 2000.

³⁷ SOARES, Cecília Moreira. *As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX*. Afro-Ásia, Bahia, n. 17, p. 57-72, 1996.

³⁸ MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. *Invasão do mundo público. Movimentos de Mulheres (1945-1964)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2015.

³⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

universidades abriram suas portas aos grupos de pesquisa, criaram laboratórios para abrigar reflexões sobre o tema, encorajaram trabalhos e monografias. Dois pólos fundamentais de reflexão ou duas preocupações estruturavam esta efervescência intelectual: fazer surgir as mulheres no seio de uma história pouco preocupada com as diferenças sexuais e demonstrar a opressão, a exploração e a dominação que sofriam e que as subjugava⁴⁰.

Os livros didáticos – História, Sociedade & Cidadania (2018) e Araribá Mais História (2018) – utilizados nas instituições educacionais possuem, na maioria das vezes, uma abordagem mais conservadora, apresentando as memórias da história da mulher apenas como uma curiosidade⁴¹. Não se tem acesso a uma abordagem mais aprofundada sobre a real história e importância da figura feminina na construção social, nas lutas escravistas, e demais ramais. O docente e demais agentes educacionais, devem buscar metodologias concisas para a introdução das representações femininas em sala de aula, para que assim, as amarras socioeducativas sejam desfeitas, fomentando a aprendizagem e viabilizando a mulher o lugar que se é de direito.

A mulher no período escravista

Como supracitado, a mulher negra do período de escravista é exposta na literatura didática como uma mera coadjuvante, centrada nas atividades domésticas e matrimoniais, explorada sexualmente, instrumento de procriação e lactação. Contudo, diversas figuras femininas contrapõem essa percepção irreal.

Odete Cristina e Jenifer Tristan enfrentam os ideais coloniais:

⁴⁰ DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres: As Vozes do Silêncio*. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 18.

⁴¹ MAZARÃO, Karine de Fátima. *História das mulheres e relações de gênero como possibilidades críticas ao ensino de história: repensando as mulheres no Brasil colonial*. Maringá, 2020.

A história oficial sempre tentou apagar a enorme resistência protagonizada pelo povo negro, especialmente as mulheres negras, com seu olhar racista e machista. [...] Retomar a vida dessas mulheres constitui um apaixonante desafio. São nomes que fazem parte da história e da cultura negra, diretamente associados à resistência protagonizada pelo povo negro durante mais de 400 anos de escravidão. São grandes lutadoras, símbolos da rebeldia e da ousadia do povo negro. [...] A força que esses nomes carregam até hoje como expressão da luta contra a escravidão e do temor que isso gera na classe dominante talvez seja um dos principais motivos que expliquem a enorme falta de registros historiográficos, documentos e até mesmo pesquisas sobre essas mulheres⁴².

Um dos grandes nomes femininos durante a escravização foi Anastácia, descrita como portadora de uma expressiva beleza foi uma mulher negra e escrava, que não sucumbia e nem silenciava quando submetida às violências sofridas⁴³. Em virtude de sua aparência, foi cobiçada por muitos senhores, e por se recusar a deitar-se com seus oressores foi punida veementemente, compelida a usar uma Máscara de Flandres, popularmente conhecida como a máscara do silêncio, enquanto vivesse⁴⁴. Ao longo de sua luta, Anastácia se dispôs a ajudar o próximo como lhe fosse possível, conhecida pelas suas habilidades curativas, salvou a vida de inúmeros indivíduos. Em virtude da sua fé e benevolência, muitos a denominam como santa. Anastácia tornou-se um símbolo de luta, bravura e resistência, por conseguinte, uma das retratações ilustrativas de maior expressividade no contexto escravista, transparecendo toda a crueldade

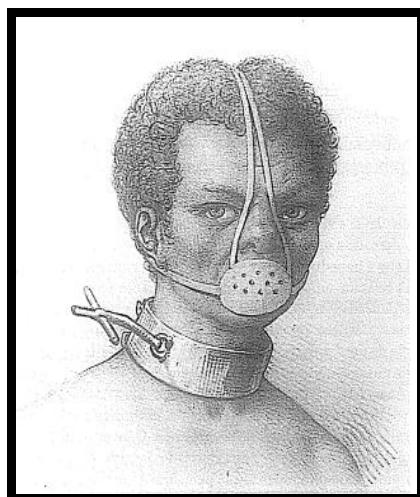
⁴² CRISTINA, Odete; TRISTAN, Jenifer. *Dandara, Aqualtune e Luiza Mahin: Mulheres negras na luta contra a escravidão no Brasil*. In: Dossiê dia da mulher negra, latina e caribenha. Esquerda Diário. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Dandara-Mulheresnegras-na-luta-contra-a-escravidao-no-Brasil>>. Acesso em: 18 set. 2022.

⁴³ SOUZA, Duda Porto de; CARARO, Aryane. *Extraordinárias mulheres que revolucionaram o Brasil*. 1ºed. São Paulo: Seguinte, 2017.

⁴⁴ OLIVEIRA, Albertina Vieira de Melo Gomes. *A máscara do silêncio: de Anastácia a Kilomba, as mulheres negras romperam a máscara*. Revista Pan-Amazônica de Comunicação Aturá. Vol. 4, n. 2, Maio-Agosto. 2020.

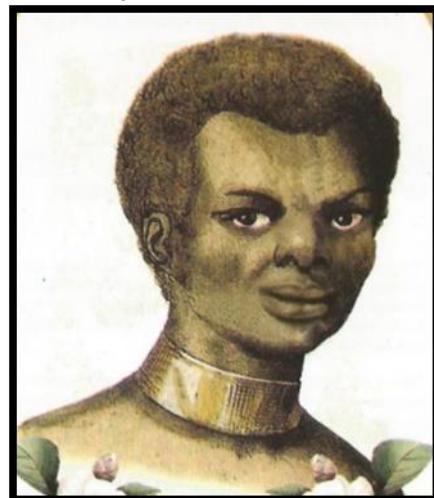
que esse período impôs aos negros, tolhendo a liberdade e negando o direito de escolha de toda uma população⁴⁵.

Figura 1 - Representação de Anastácia com a Máscara de Flandres



Fonte: KILOMBA (2019, p. 35).⁴⁶

Figura 2 - Representação de Anastácia sem a Máscara de Flandres



Fonte: CRUZ (2022, p. 1)⁴⁷.

⁴⁵ SOUZA, Duda Porto de; CARARO, Aryane. *Extraordinárias mulheres que revolucionaram o Brasil*. 1^oed. São Paulo: Seguinte, 2017.

⁴⁶ KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Aqualtune Ezgondidu Mahamud da Silva Santos é uma personagem histórica menos conhecida. Era uma princesa africana, com grande conhecimento sobre política e guerras. No entanto, viu seu povo derrotado em um dos combates em seu território, sendo capturada e traficada para o Brasil, e subsequentemente escravizada⁴⁸.

Violentada, tornou-se escrava de procriação, para que assim, desse à luz a novos cativos⁴⁹. Ao tomar conhecimento sobre a resistência negra no país, muniu-se de coragem e bravura, fugindo da clausura em conjunto com alguns companheiros, buscou a liberdade nos quilombos⁵⁰. Aqualtune foi mãe de Sabina, que posteriormente viria a se tornar mãe de Zumbi dos Palmares. Assim, a antes princesa contemplou seus descendentes darem continuidade em seu legado de enfrentamento ao regime escravista.

Outra mulher influente na história colonial Adelina, concebida em virtude de um estupro, trabalhava auxiliando na venda de charutos pela cidade de São Luiz do Maranhão, apelidada então de Adelina, a charuteira⁵¹. Em decorrência de suas atribuições, dispunha de certa liberdade, operava captando e transmitindo conhecimentos importantes sobre a abolição. Assim sendo, sua contribuição foi vital para a associação

⁴⁷ CRUZ, Yhuri. Monumento à voz de Anastácia. Disponível em: <<https://yhuricruz.com/2019/06/04/monumento-a-voz-de-anastacia-2019/#>>. Acesso em: 08 de out. 2022.

⁴⁸ KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

⁴⁹ MASSA, Ana Cristina. Aqualtune e as histórias da África. São Paulo: Gaivota, 2012.

⁵⁰ MACÊDO, Jhennefer Alves. Do esquecimento ao protagonismo: as princesas negras na literatura juvenil. João Pessoa, 2016.

⁵¹ NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes do; OLIVEIRA, Eliane Braga. de; RODRIGUES, J. M.; MARQUES, A. A. da C. Representação da participação das mulheres na Escravatura e Abolição nos arquivos brasileiros. Médiations des savoirs. La mémoire dans la construction documentaire. Actes de MUSSI, 2018.

denominada Clube dos Mortos, que corroborava com a fuga e libertação dos negros cativos⁵².

Esperança Garcia, no que lhe concerne, nasceu em uma local dominado pelos padres jesuítas brasileiros, contudo, um revés político corrompeu o local, houve a expulsão dos padres jesuítas do Brasil e apropriação das terras por senhores de escravos, logo, Esperança tornou-se propriedade dos senhores de escravo. Esperança se vê escrava e separada de seu cônjuge e filhos, sendo enviada para outras terras. Inconformada a conjuntura em que estava inserida, formaliza então denúncia escrita, por meio de uma carta enviada ao Governo do Estado do Piauí, na qual expressava as violências e desmazelo ao que ela e seus companheiros eram submetidos⁵³. A carta tornou-se um marco histórico de luta contra o regime opressor, testificando séculos depois Esperança Garcia como a primeira mulher advogada do Piauí, todavia, no presente, esse posto é consolidado a Myrthes Gomes, haja vista que Esperança não recebeu o reconhecimento do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil⁵⁴.

Como podemos observar, são inúmeras as representações femininas do período escravista: foram mulheres de luta, garra e coragem, imprescindíveis para o sucesso dos ideais abolicionistas. No entanto, essa História não chega às salas de aula, pois é completamente ignorada por grande parte dos livros e materiais didáticos. Dessa forma, é possível perceber que valores colonialistas ainda imperam na sociedade

⁵² ANDRADE, Sigelinda Maria Zanoni. de. *Outras memórias e outras histórias dos negros no Brasil*. Produção Didático-Pedagógica. Ivaiporã, 2010.

⁵³ COSTA, Francisca Raquel da. *A carta de Esperança Garcia e os usos da memória da escravidão para a construção da identidade negra piauiense*. Anais do III Seminário Internacional História e Historiografia. X Seminário de Pesquisa do Departamento de História - UFC Fortaleza, 2012.

⁵⁴ ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). *Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta do direito*. Piauí, 2017.

contemporânea, de maneira que a história das mulheres é silenciada, subvertida e excluída do ensino formal.

Dandara vive

É impossível abordar figuras femininas de grande significância durante a escravização e não ponderar sobre Dandara dos Palmares, que costuma ser lembrada apenas como a mulher de Zumbi dos Palmares, no entanto, a participação de Dandara é primordial na História Brasileira.

Seu local de nascimento e sua chegada ao maior e mais longínquo quilombo das Américas ainda é incerto. Contudo, os historiadores concordam que a mesma fez morada na região da serra da Barriga, na contemporaneidade alusivo ao município de União dos Palmares⁵⁵.

Duda Porto de Souza e Aryane Cararo descrevem a expressividade do Quilombo:

O Quilombo dos Palmares foi, entre 1597 e 1695, o maior centro de resistência negra à escravidão no Brasil. Em seu auge, teve entre 30 mil e 50 mil habitantes, espalhados nas dezenas de aldeias que o formavam. O local onde ficava, no alto da serra da Barriga, foi tombado nos anos 1980 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A partir de 2007, passou a abrigar o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, que reconstitui aspectos importantes do cotidiano dos quilombolas. As construções são feitas de pau a pique e cobertas de palha, incluindo o Onjó de Farinha, onde se produzia e torrava a farinha de mandioca usando práticas indígenas, e o Oxile das Ervas, onde se utilizavam plantas e raízes com propriedades medicinais para rituais e oferendas. Outro espaço importante é o Onjó Cruzambê, dedicado à prática de religiões de matriz africana. Em 2017, a serra da Barriga recebeu o título de Patrimônio Cultural do Mercosul, em votação unânime realizada em Buenos Aires⁵⁶.

⁵⁵ HENRIQUE, Kleber. *Dandara: A face feminina de Palmares*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/dandara-a-face-feminina-de-palmares/>. Acesso em: 02 de fev. 2022.

⁵⁶ SOUZA, Duda Porto de; CARARO, Aryane. *Extraordinárias mulheres que revolucionaram o Brasil*. 1ºed. São Paulo: Seguinte, 2017.

No total, Palmares dispunha de nove aldeias, alojando cerca de 20 mil pessoas. Em virtude disso, revela-se na historiografia nacional, até a contemporaneidade, como um dos mais marcantes e significativos símbolos da resistência negra durante o sistema abolicionista, que perdurou no Brasil até 1888, em virtude da Lei Áurea⁵⁷. Foi nesta localidade, ambiente de resistência cultural e étnica, que Dandara, ainda na infância, juntou-se a grupos de lutas, com propósito de se opor ao regime escravista⁵⁸.

Nas palavras de Duda Porto de Souza e Aryane Cararo:

Uma guerreira negra que aprendeu a fabricar espadas e a lutar com elas; uma capoeirista forte e corajosa que planejava ações de combate e liderava seus companheiros na luta pela liberdade — assim sobrevive em relatos e lendas populares a história de Dandara, rainha do Quilombo dos Palmares e companheira de Zumbi⁵⁹.

O quilombo dos Palmares encontrava-se constantemente em embates, não somente acossados pelo regime colonial português, mas igualmente perseguidos pelos holandeses no Século XVII, período em que viveu Pernambuco o domínio da invasão holandesa. Dandara dominava técnicas de capoeira, assim, lutou incansavelmente ao lado de homens e mulheres em diversos combates, protegendo seu local de refúgio e preservando a liberdade e estilo de vida de seu povo. Ademais, contribui na elaboração de metodologias estratégicas para potencializar o poderio do quilombo ao qual pertencia, viabilizando que o trabalho escravo fosse abolido⁶⁰.

⁵⁷ CRISTINA, Odete; TRISTAN, Jenifer. *Dandara, Aqualtune e Luiza Mahin: Mulheres negras na luta contra a escravidão no Brasil*. In: Dossiê dia da mulher negra, latina e caribenha. Esquerda Diário. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Dandara-Mulheresnegras-na-luta-contra-a-escravidao-no-Brasil>>. Acesso em: 18 set. 2022.

⁵⁸ ARRAES, Jarid. *Dandara dos Palmares. Coletânea 20 cordéis sobre heroínas negras brasileiras*. Uma obra independente de Jarid Arraes. Copyright. 2015.

⁵⁹ SOUZA, Duda Porto de; CARARO, Aryane. *Extraordinárias mulheres que revolucionaram o Brasil*. 1^ªed. São Paulo: Seguinte, 2017. p. 11

⁶⁰ ARRAS, J. *Como Lendas de Dandara*. São Paulo: Editora de Cultura, 2015.

Entende-se que a existência de Dandara enquanto mulher negra foi caracterizada como uma verdadeira guerreira. No entanto, não apenas contribuía nas esferas da resistência, atuando também nas tarefas cotidianas da sociedade quilombo, tais como a caça e a lavoura. Estudos salientam que Ganga-Zumba (Filho de Aqualtune, irmão de Sabina e tio de Zumbi) firmou um tratado de paz com o Governo de Pernambuco, Contudo, Dandara não concordava com as imposições estabelecidas, mormente, pois era exigido que os novos indivíduos escravizados chegados ao quilombo buscando refúgio fossem entregues às autoridades⁶¹.

Dandara, impulsionada pelo ideal de liberdade e prezando pela defesa do Quilombo e do povo escravizado, tinha o entendimento que esse tratado era apenas uma estratégia criada pelo Governo para reimplementar parâmetros escravistas. Assim, Dandara, contribuiu para que seu marido mudasse de opinião quanto às ideologias estimuladas pela liderança anterior. Tais condições foram o estopim para a polarização do povo palmarino, viabilizando a ascensão de Zumbi à liderança do Quilombo.

No âmbito matrimonial, Dandara estabeleceu relação com Zumbi dos Palmares. E como fruto desse romance, deu à luz a três filhos, Harmódio, Aristogítón e Motumbo. As narrativas orais corroboradas pela História Pública expressam que Dandara dos Palmares morreu no ano de 1694, logo após a derrota do último povoado de Palmares, batalha que ceifou a vida de seus três filhos. Em um ato desesperado, temendo a captura e o cárcere, Dandara cometeu suicídio lançando-se de um penhasco. Zumbi, seu marido, conseguiu fugir com um número limitado de pessoas, com o intuito de reconstruir Palmares⁶². Dandara, assim como outras figuras revolucionárias

⁶¹ ARRAES, Jarid. Dandara dos Palmares. *Coletânea 20 cordéis sobre heroínas negras brasileiras*. Uma obra independente de Jarid Arraes. Copyright. 2015.

⁶² ARRAES, Jarid. Dandara dos Palmares. *Coletânea 20 cordéis sobre heroínas negras brasileiras*. Uma obra independente de Jarid Arraes. Copyright. 2015.

no Brasil, tal como as supramencionadas, foi uma figura escamoteada pelos historiadores, que durante um longo período retratavam somente as ações e condutadas masculinas, mediante a uma conjuntura de glórias e vitórias. Por ser mulher, negra, analfabeta e ex-escrava, suas memórias ficaram à mercê das conquistas e história de seu marido.

Na atualidade, os estudos e pesquisas sobre a história e vida de Dandara ainda são escassos, no campo histográfico, os achados são ínfimos, não apenas pelo material insuficiente produzido, mas também pelo apagamento, intencional, de seu legado por adversários escravistas. Assim, muito do que é exposto nos meios literários transverte a figura dessa guerreira, colocando-a sob a sombra de Zumbi.

No Brasil, muitos ainda não conhecem e possivelmente sequer chegarão a tomar conhecimento da história de Dandara dos Palmares⁶³. Mormente, pois nos livros didáticos de História, literaturas, artes, entre outras representações as mulheres não ocupam um espaço de destaque. Quando se trata de mulheres negras, estas possuem menos espaço ainda se comparado com as mulheres brancas. Além dos embates sexistas e racistas intrínsecos de um país com ideais coloniais, o desinteresse pela produção cultural obstaculiza o direito da mulher à representatividade histórica, o que fomentaria inspirações e ressignificaria vivências femininas. Nesse ínterim, a participação de Dandara é capaz de empoderar as mulheres negras, que a reconhecerão como uma figura de representatividade.

Sob esse viés, percebe-se um desinteresse por parte dos movimentos feministas negros pelo resgate e difusão dessas memórias quanto ao legado de Dandara e outras mulheres significantes da história nacional, fazendo com

⁶³ CRISTINA, Odete; TRISTAN, Jenifer. *Dandara, Aqualtune e Luiza Mahin: Mulheres negras na luta contra a escravidão no Brasil*. In: Dossiê dia da mulher negra, latina e caribenha. Esquerda Diário. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Dandara-Mulheresnegras-na-luta-contra-a-escravidao-no-Brasil>>. Acesso em: 18 set. 2022.

que cada vez mais personagens tão importantes sejam desvanecidas e ocultadas de muitos registros históricos, oficiais e literários-didáticos⁶⁴.

Ainda hoje, o rosto de Dandara é desconhecido, o que se têm são ilustrações e representações de como sua figura poderia ter sido. Todavia, sua força, luta e ideais são propagados por aqueles que detêm conhecimento sobre essa mulher de garra e fibra, que não se submeteu às adversidades impostas a si, seus próximos e entes queridos.

Figura 2 - Representação de Dandara dos Palmares



Fonte: SOUZA e CARARO (2017, p. 12)⁶⁵.

Os aspectos que a historiografia não consegue suprir no âmbito literário, a oralidade e a memórias dos descendentes da escravização o fazem. As memórias quanto aos feitos de Dandara são expressas detalhadamente no livro “As lendas de Dandara”⁶⁶, escrito por Jarid Arraes. As palavras da autora mantêm viva a história dessa mulher negra de grande

⁶⁴ MELO, Susy Cléa Lisbôa. Caderno de sequências didáticas. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13947/2/SUSY_CLEA-CadernoSequenciasDidaticas.pdf>. Acesso em: 09 de out. 2022.

⁶⁵ SOUZA, Duda Porto de; CARARO, Aryane. Extraordinárias mulheres que revolucionaram o Brasil. 1^oed. São Paulo: Seguinte, 2017.

⁶⁶ ARRAS, J. Como Lendas de Dandara. São Paulo: Editora de Cultura, 2015.

significância no período escravista, que corroborou para uma mudança dos paradigmas políticos firmados no final da liderança de Ganza Zumba. A autora combina pesquisa historiográfica, ficção e relatos populares, para demonstrar como Dandara foi uma mulher negra que lutava por seus ideais, arriscando a própria vida, e demonstrando resistência mesmo na morte.

Dandara dos Palmares foi formalmente reconhecida como figura importante na história nacional no dia 27 de março de 2019. Na ocasião, o Senado Federal do Brasil criou um documento para introduzir o nome Dandara no Livro de Heróis da Pátria. A inclusão se deu por intermédio da aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 55/2017, de autoria da ex-deputada Tia Eron⁶⁷. No mesmo ano, no dia 24 de abril, por intermédio da Lei nº 13.816/19, o feito foi oficializado em Plenário⁶⁸. Tais conquistas refletem e promovem o fortalecimento da consciência étnica e racial no povo afro-brasileiro. Assim ponderam Duda Porto de Souza e Aryane Cararo:

Desde 2011, o Brasil celebra o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra em 20 de novembro. É uma referência à data em que o líder dos Palmares foi morto, em 1695, quando tentava reunir forças para retomar o movimento derrotado. Para resgatar a história da participação feminina na luta contra a escravidão, a Assembleia do Rio de Janeiro aprovou em 2016 a inclusão no calendário estadual oficial do Dia de Dandara e da Consciência da Mulher Negra, comemorado em 6 de fevereiro⁶⁹.

Mediante ao entendimento da história de Dandara é possível perceber sua importância, mas inegavelmente existem dificuldades de utilizá-la como uma interlocutora para o ensino de história, principalmente

⁶⁷ SENADO FEDERAL. Nomes de Dandara dos Palmares e Luiza Mahin vão para o Livro dos Heróis da Pátria. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/03/27/nomes-de-dandara-dos-palmares-e-luiza-mahin-vao-para-livro-dos-herois-da-patria>. Acesso em: 20 de fev. 2022.

⁶⁸ BRASIL. Lei nº 13.816 de 24 de abril de 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/30917148>. Acesso em: 19 de set. 2022.

⁶⁹ SOUZA, Duda Porto de; CARARO, Aryane. *Extraordinárias mulheres que revolucionaram o Brasil*. 1ºed. São Paulo: Seguinte, 2017, p. 13.

pela escassez de fontes existentes a seu respeito – tal como no livro didático –, sendo ela considerada por muitos como um mito, uma lenda, uma estória. Mas ao analisar as conjunturas do ensino de história é possível munir-se dos relatos orais a respeito de Dandara, pois estes revelam uma possibilidade de se trabalhar elementos da cultura africana, e a sua invisibilidade pode ser empregue como munição para um arsenal poderoso de análises históricas, fomentando a trabalhabilidade dos conceitos fundamentais e de segunda ordem a partir de sua trajetória.

O pressuposto do silenciamento sobre a figura de Dandara também pode ser utilizado para evidenciar o apagamento da história da população negra, logo, as possibilidades no ensino de história são extensas. O professor como mediador do ensino-aprendizagem pode vir a debater essa prática e facilmente relaciona-la com o presente.

Apresentar neste trabalho, mesmo que em poucas páginas, a história de Dandara dos Palmares e de outras mulheres negras inseridas na esfera escravista, também expressa à opressão e o preconceito inerente à sociedade, diretamente relacionadas ao sistema capitalista. Contudo, até hoje paradigmas estão sendo desconstruídos, e cada vez mais a mulher é protagonista de suas próprias histórias.

Considerações Finais

A escravização deixou marcas tangíveis na sociedade, seus reflexos ainda são sentidos na contemporaneidade. A historiografia durante muito tempo mascarou a real conjuntura desse período fatídico no Brasil, todavia, com evoluções pontuais, a história passou a ser contada de uma perspectiva mais realista, que evidencia a real face da escravização e os personagens que o marcaram.

Contudo, por se tratar de um país de origem colonial, repleto de preconceitos e sexismo, no Brasil, a mulher ainda é percebida de maneira desigual, invisível nas publicações didáticas e na literatura sócio educacional. O apagamento de mulheres negras da História Pública Nacional evidencia uma sociedade pautada no machismo e no racismo, cabendo à mulher a memória insignificante perante os acontecimentos sociais, políticos, intelectuais, entre outros.

O presente estudo buscou evidenciar com maior afinco personagens femininas importantes para um período da história nacional. Nesse sentido, a pesquisa denotou atenção à história de Dandara, mulher silenciada pela história, mas cujo legado perdura até os dias atuais, em que se tornou referência e heroína da pátria.

Em 2019, as manchetes, ironicamente, noticiavam que “Dandara, mulher de Zumbi”, ajudara a Estação Primeira de Mangueira a ganhar o 20º título carnavalesco com um samba-enredo comprometido a “contar à história que a história não conta.”⁷⁰

Referencial Bibliográfico

- ANDRADE, Sigelinda Maria Zanoni. de. *Outras memórias e outras histórias dos negros no Brasil*. Produção Didático-Pedagógica. Ivaiporã, 2010.
- ARRAES, Jarid. Dandara dos Palmares. *Coletânea 20 cordéis sobre heroínas negras brasileiras*. Uma obra independente de Jarid Arraes. Copyright. 2015.
- ARRAS, J. *Como Lendas de Dandara*. São Paulo: Editora de Cultura, 2015.
- BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1993.
- BOULOS JÚNIOR, ALFREDO. *História, Sociedade & Cidadania: 8º ano: ensino fundamental: anos finais*. 4 edição, São Paulo: FTD, 2018.
- BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as

70 MANGUEIRA. Samba-enredo 2019. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/sambas/mangueira-2019/>. Acesso em: 03 de mar. 2022.

- Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.816 de 24 de abril de 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/30917148>. Acesso em: 19 de set. 2022.
- CARVALHO, Andreia Aparecida de Moraes Cândido de. As imagens dos negros em livros didáticos de História. 2006. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSC, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88563>>. Acesso em: 04 out. 2022.
- COSTA, Francisca Raquel da. A carta de Esperança Garcia e os usos da memória da escravidão para a construção da identidade negra piauiense. Anais do III Seminário Internacional História e Historiografia. X Seminário de Pesquisa do Departamento de História - UFC Fortaleza, 2012.
- CRISTINA, Odete; TRISTAN, Jenifer. Dandara, Aqualtune e Luiza Mahin: Mulheres negras na luta contra a escravidão no Brasil. In: Dossiê dia da mulher negra, latina e caribenha. Esquerda Diário. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Dandara-Mulheresnegras-na-luta-contra-a-escravidao-no-Brasil>>. Acesso em: 18 set. 2022.
- CRUZ, Yhuri. Monumento à voz de Anastácia. Disponível em: <<https://yhuricruz.com/2019/06/04/monumento-a-voz-de-anastacia-2019/#>>. Acesso em: 08 de out. 2022.
- DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: As Vozes do Silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998, p. 218.
- DIAS, Maria Odila. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO; Joana Maria. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.
- DIAS, Maria Odila. Nas Fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. Estudos Econômicos, vol. 15, nº especial. 1985.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil: História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. 1996.
- FERNANDES, Ana Cláudia. Araribá mais: história: manual do professor / organizadora Editora Moderna ; obra coletiva. Editora responsável Ana Claudia Fernandes. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018.
- FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Editora Unesp, 312p.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 49. ed. São Paulo (SP): Global, 2004.
- HENRIQUE, Kleber. Dandara: A face feminina de Palmares. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/dandara-a-face-feminina-de-palmares/>. Acesso em: 02 de fev. 2022.
- KARASCH, Mary Catherine. A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 2000.

- KIOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LARA, Silvia Hunold. *Conectando Historiografias: a escravidão africana e o antigo regime na América portuguesa*. In: BICALHO, M.F; FERLINI, V.L.A. (Org.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo (SP): Alameda, 2005.
- LISBOA, Júlia Maria de Araújo. *Consciência histórica e livros didáticos do ensino fundamental: uma ferramenta de combate ao racismo*. 2021.
- MACÊDO, Jhennefer Alves. *Do esquecimento ao protagonismo: as princesas negras na literatura juvenil*. João Pessoa, 2016.
- MANGUEIRA. Samba-enredo 2019. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/sambas/mangueira-2019/>. Acesso em: 03 de mar. 2022.
- MARQUES, Ana Maria; ALBUQUERQUE, Ana Carolina do Nascimento. *Mulheres e a história aprendida nos livros didáticos: análise de coleções didáticas Fronteiras*: Revista de História, vol. 22, núm. 39, 2020.
- MASSA, Ana Cristina. *Aqualtune e as histórias da África*. São Paulo: Gaivota, 2012.
- MAUAD, Ana M.; ALMEIDA, Juniele R. de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- MAZARÃO, Karine de Fátima. *História das mulheres e relações de gênero como possibilidades críticas ao ensino de história: repensando as mulheres no Brasil colonial*. Maringá, 2020.
- MELO, Susy Cléa Lisbôa. *Caderno de sequências didáticas*. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13947/2/SUSY_CLEA-CadernoSequenciasDidaticas.pdf>. Acesso em: 09 de out. 2022.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). PNLD. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>. Acesso em: 20 de fev. 2022.
- MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. *Invasindo o mundo público. Movimentos de Mulheres (1945-1964)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2015.
- NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes do; OLIVEIRA, Eliane Braga. de; RODRIGUES, J. M.; MARQUES, A. A. da C. *Representação da participação das mulheres na Escravatura e Abolição nos arquivos brasileiros. Médiations des savoirs. La mémoire dans la construction documentaire*. Actes de MUSSI, 2018.
- OLIVEIRA, Albertina Vieira de Melo Gomes. *A máscara do silêncio: de Anastácia a Kilomba, as mulheres negras romperam a máscara*. Revista Pan-Amazônica de Comunicação Aturá. Vol. 4, n. 2, Maio-Agosto. 2020.
- OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. *Ensino de história das mulheres: reivindicações, currículos e potencialidades*. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA,

- Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. *Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014.
- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). *Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta do direito*. Piauí, 2017.
- PERROT, Michelli. *Minha história das mulheres*. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- PERROT, Michelli. *Práticas da Memória Feminina*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 9, n. 18, ago.89/set.89, pp. 9-10.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. A escravidão negra em debate. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2005.
- RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. Publicação original: SILVA, Zélia (org). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. Ed. Companhia das Letras, 1998.
- SENADO FEDERAL. Nomes de Dandara dos Palmares e Luiza Mahin vão para o Livro dos Heróis da Pátria. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/03/27/nomes-de-dandara-dos-palmares-e-luiza-mahin-vao-para-livro-dos-herois-da-patria>. Acesso em: 20 de fev. 2022.
- SILVA, Lúcia Helena Oliveira. A escravidão dos povos africanos e afro-brasileiros: a luta das mulheres escravizadas. Revista ORG e DEMO, Marília, vol. 16, nº 11, 2015.
- SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, Bahia, n. 17, p. 57-72, 1996.
- SOUZA, Duda Porto de; CARARO, Aryane. *Extraordinárias mulheres que revolucionaram o Brasil*. 1ºed. São Paulo: Seguinte, 2017.
- SOUZA, Juliana Braz de. *Trajetórias educacionais formais de mulheres negras: entre exclusões e resistências*. Tramandaí, 2021.
- XAVIER, Giovana; FARIA, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 297-313.